

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA NORMATIVA DA MINERAÇÃO NO BRASIL

Principais normas e cenário atual

DIREITO MINERÁRIO / DIREITO DA MINERAÇÃO

Premissa fática: Os recursos minerais são úteis/necessários à sociedade.

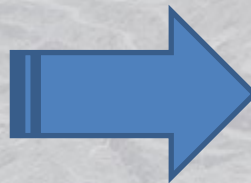
Questões:

Como se dará a exploração ou aproveitamento?

Quem? O que? Onde? Como?

Sob que condições?

Quem regula/controla/fiscaliza? Como?



Normas sobre regimes de aproveitamento, CFEM, Órgão regulador, etc.

Pergunta fundamental:

A quem pertencem os recursos minerais?

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

- Art. 20. São bens da União: IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- Art. 176: As jazidas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União.
§ 1º A pesquisa e a lavra somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiro ou empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país.

Exceção aos regimes de aproveitamento (não exige consentimento da União)

CM, art. 3º, § 1º. Não estão sujeitos aos preceitos deste Código os trabalhos de movimentação de terras e de desmonte de materiais *in natura*, que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplenagem e de edificações, desde que não haja comercialização das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e ficando o seu aproveitamento restrito à utilização na própria obra.

REGIMES DE APROVEITAMENTO

Autorização de Pesquisa

Concessão de Lavra

Permissão de Lavra Garimpeira

Registro de Licença

REGIMES DE APROVEITAMENTO

PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA - PLG

Pode ser titulada por pessoa física, firma individual ou cooperativa de garimpeiros.

Área máxima: 50 hectares (pessoa física ou firma individual), 1000 hectares (cooperativa de garimpeiros) e 10.000 hectares (na Amazônia Legal).

Direcionada para **minerais garimpáveis** (*o ouro, o diamante, a cassiterita, a columbita, a tantalita e wolframita, nas formas aluvionar, eluvionar e coluvial; a sheelita, as demais gemas, o rutilo, o quartzo, o berilo, a muscovita, o espodumênio, a lepidolita, o feldspato, a mica e outros*) – Lei nº 7.805/1989.

REGIMES DE APROVEITAMENTO

LICENCIAMENTO MINERAL

Dependência de consentimento duplo: autoridade municipal e proprietário do imóvel.

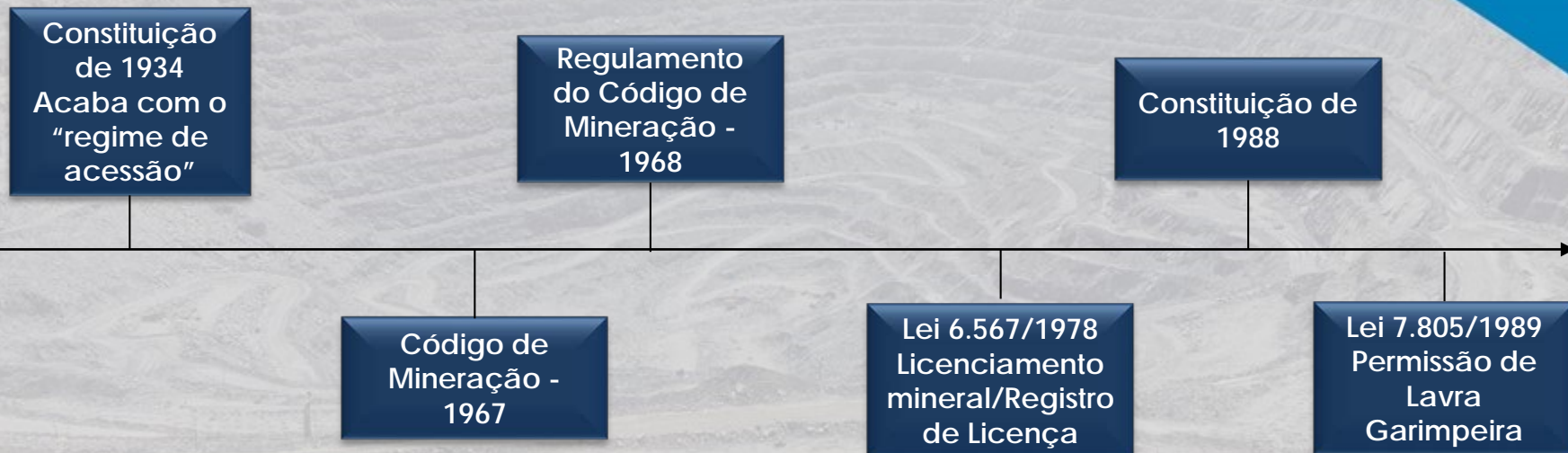
Limite territorial: 50 hectares.

Substâncias: direcionadas para a construção civil, conforme Lei 6.567/1978 (areias, cascalhos, saibros, rochas para paralelepípedos ou britadas, argilas para cerâmica vermelha, etc.)

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA – CONCESSÃO DE LAVRA

- Protocoliza-se o Requerimento de Pesquisa.
- Obtém-se o Alvará de Pesquisa.
- Realiza-se a Pesquisa.
- Apresenta-se o Relatório Final de Pesquisa, comprovando a existência de uma jazida técnica, econômica e ambientalmente explorável.
- Obtém-se a aprovação do Relatório Final de Pesquisa.
- Requer-se a lavra e apresenta o Plano de Aproveitamento Econômico.
- O Plano de Aproveitamento Econômico é julgado satisfatório.
- Apresenta-se a Licença Ambiental de Instalação do Empreendimento.
- Obtém-se a Concessão de Lavra.

LINHA DO TEMPO



LINHA DO TEMPO

MPs 789
(CFEM), 790
(CM) e
791/2017
(ANM)

Decreto 9.406/2018
Regulamento do
Código de
Mineração

Decreto
9.587/2018
Instala a ANM

Projetos de
Lei 37/2011 e
5.807/2013

Lei
13.540/2017
Alterações na
CFEM

Lei
13.575/2017
Cria a ANM

Resoluções
da ANM

Normas publicadas pela ANM:

- Resolução 1/2018: Registro de Extração
- Resolução 01/2019: Sigilo dos processos minerários
- Resolução 13/2019: Barragens de Mineração
- Resolução 16/2019: Protocolo digital

Normas pendentes de edição (já houve consulta pública):

- Permissão de Lavra Garimpeira
- Disponibilidade de áreas
- Certificação de recursos e reservas

Danilo Resende Soares

danilo@williamfreire.com.br